



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: Conhecimento e Inclusão Social

ATA DA REUNIÃO DO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, DO DIA 31/05/2021. Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às 09h, realizou-se uma reunião do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, via webconferência. Estiveram presentes os seguintes professores: Rosimar de Fátima Oliveira, Coordenadora do Programa; Eucídio Pimenta Arruda, Subcoordenador do Programa; Júlio Emílio Diniz Pereira, Coordenador do Doutorado Latino-Americano; Maria de Fátima Cardoso Gomes, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento e Autoavaliação do Programa; Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves, representante da Comissão de Acompanhamento Discente; Vanessa Sena Tomaz, Coordenadora da Linha de Pesquisa: Educação Matemática; Gilcinei Teodoro Carvalho, Coordenador da Linha de Pesquisa: Educação e Linguagem; Rodrigo Ednilson de Jesus, Coordenador da Linha de Pesquisa: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas; Francisco Ângelo Coutinho, Coordenador da Linha de Pesquisa: Educação e Ciências; Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, Coordenador da Linha de Pesquisa: História da Educação; Ademilson de Sousa Soares, Coordenador da Linha de Pesquisa: Infância e Educação Infantil; Luiz Paulo Ribeiro, Coordenador da Linha de Pesquisa: Psicologia, Psicanálise e Educação; Tânia de Freitas Resende, Coordenadora da Linha de Pesquisa: Sociologia da Educação: Escolarização e Desigualdades Sociais; Lívia Maria Fraga Vieira, Subcoordenadora da Linha de Pesquisa: Políticas Públicas de Educação; Marlucy Alves Paraíso, Subcoordenadora da Linha de Pesquisa: Currículos, Culturas e Diferença; Antônio José Lopes Alves, Subcoordenador da Linha de Pesquisa: Política, Trabalho e Formação Humana. Também estiveram presentes os representantes discentes: Jhones Bernardes dos Santos, Fernando Henrique de Lima, Wallison Fernando Nonato da Cruz e Paola de Castro dos Santos. Verificado o quórum regulamentar, a Profa. Rosimar agradeceu a presença de todos e iniciou a reunião com os INFORMES: 1. Internos ao PPGE: 1.1 Edital PROEX: A Profa. Rosimar lembrou que o Projeto PROEX do Prof. Luciano Mendes de Faria Filho foi aprovado. O processo de seleção de bolsistas já ocorreu, tendo sido selecionada uma mestranda do PPGE, Maria Inês de Oliveira Sousa, orientanda da Profa. Isabel Cristina de Moura Carvalho. 1.2 Ofício e reunião PRPG: a Profa. Rosimar informou que foi enviado um oficio pela PRPG com diretrizes para o funcionamento das atividades remotas no âmbito dos programas de pós-graduação. O oficio gerou uma reunião com os coordenadores, que discutiram os nove pontos apresentados no documento. A Profa. Rosimar destacou alguns pontos que causaram questionamentos de alguns programas. Em relação às disciplinas, destacou a possibilidade de trancamento de matrícula disponível durante todo o semestre. Sobre as atividades didático-pedagógicas, o oficio manteve a recomendação do uso da plataforma teams, podendo, no entanto, serem utilizadas outras plataformas. As defesas de teses e dissertações devem continuar a acontecer de forma remota, com a anuência expressa por

parte do orientador e do aluno para que se dê nesse formato. A PRPG orientou, ainda, que as solicitações de prorrogação de prazos sejam atendidas, levando-se em consideração a dimensão humana devido à pandemia. A Profa. Rosimar anunciou que o quadro de prorrogações de prazo do PPGE deverá ser discutido na próxima reunião do Colegiado seguindo essa mesma lógica. O oficio também informou que ainda podem ser feitas solicitações do auxílio à inclusão digital para custear pacotes de acesso à internet. A PRPG também lembrou aos Programas que a CAPES abriu a possibilidade de prorrogação de bolsas e que os processos seletivos devem considerar as particularidades da atual conjuntura, recomendando, inclusive, que os certificados de proficiência em língua estrangeira não sejam exigidos no ato da inscrição para o processo seletivo, mas no final do segundo e quarto semestres de curso para o Mestrado e o Doutorado, respectivamente. No oficio havia, ainda, a recomendação de que os PPGs criem comissões para acompanhamento de questões relativas à pandemia, mas a Profa. Rosimar disse que talvez essa medida não seja necessária, já que a FaE instituiu uma comissão local. 1.3 Pagamento anuidades 2021: A Profa. Rosimar informou que o PPGE está tendo dificuldades quanto ao pagamento das anuidades das associações científicas. Foi enviada uma proposta à PROPLAN para que esses pagamentos fossem incluídos no orçamento, mas a UFMG não tem mais recursos e a solicitação do PPGE se configuraria como uma exceção. Sendo assim, até o momento, o Programa não tem uma alternativa que viabilize o pagamento dessas associações. A Profa. Maria de Fátima lembrou que essas associações podem ser pagas com a verba oriunda da Fapemig e também com o dinheiro arrecadado com as inscrições para o processo seletivo. A Profa. Rosimar esclareceu que, mesmo com o recurso das inscrições, o pagamento tem que estar previsto no orçamento e, até o momento, o PPGE não tem saldo suficiente em recursos da Fapemig. 1.4 Matrículas em Disciplinas Isoladas: A Profa. Rosimar relatou que o PPGE enfrentou uma questão este semestre em relação ao cumprimento da resolução 05/2020. De acordo com essa resolução, o candidato pode solicitar a matrícula em apenas uma disciplina isolada e o professor responsável pela disciplina pode aprovar o máximo de 50% de alunos na modalidade de isoladas em relação aos alunos regulares matriculados. Os pedidos de isoladas têm crescido na UFMG por causa do ensino remoto emergencial. Foram aprovadas 166 inscrições no Programa. As matrículas em disciplinas isoladas geram um volume de trabalho significativo, sendo que a secretaria do PPGE dispõe de apenas uma funcionária para executá-lo. Assim, é necessário ter atenção ao cumprimento da Resolução. 1.5 Solicitações de credenciamento e recredenciamento: A Profa. Rosimar esclareceu que as solicitações de credenciamento e recredenciamento de docentes no PPGE são feitas pelo coordenador da linha de pesquisa. Para a avaliação, a CAAP observa não apenas o currículo do docente, mas a proporção de permanentes, colaboradores e PIOV na linha. Além disso, o limite máximo de orientações é observado quando acontecem pedidos de mudança de orientação. A Profa. Rosimar solicitou que os professores recorram à resolução 01/2020, disponível no site do PPGE, para esclarecimento de dúvidas. Lembrou, ainda, da importância de sempre consultar as resoluções. 1.6 Prazo entrega versão final teses e dissertações: A Profa. Rosimar relatou que têm ocorrido atrasos na entrega da versão final das teses e dissertações. Isso ocasionou problemas pontuais sérios para a finalização do Relatório para a Capes. Quando falta o PDF da tese ou da dissertação, a Plataforma Sucupira não permite o envio do relatório. Foi necessário solicitar ao menos a entrega de uma versão provisória do trabalho final. A Profa. Rosimar solicitou aos orientadores que acompanhem a entrega da tese ou da dissertação porque o trabalho não termina com a defesa, e lembrou que a ata da defesa é entregue pela secretaria apenas depois do recebimento da versão final do trabalho. 1.7 Recurso ao CEPE contra o resultado do processo seletivo 2021: A Profa. Rosimar relatou que o recurso contra o resultado final do Processo Seletivo 2021 apresentado ao PPGE em primeira instância, depois à Congregação da FaE, em segunda instância, foi votado no CEPE, já em terceira instância. O parecer recomendou o deferimento do recurso, mas

foi rejeitado pelo CEPE com 27 votos contrários, 3 votos a favor e 2 abstenções. 2 Das agências externas 2.1 Relatório Sucupira: A Profa. Rosimar informou que o Relatório Sucupira foi concluído. As Profas. Andrea e Vanessa continuaram o trabalho, se alongando após o término da gestão. Será dado início ao preenchimento do relatório de 2021 para que o trabalho não se acumule, pois seu registro está sendo cada vez mais complexo. 2.2 Implantação de bolsas CAPES - A Profa. Rosimar informou que, devido ao calendário atípico, com o semestre na UFMG tendo início no dia 17/05, não foi possível que as bolsas fossem implementadas em maio, pois a Capes não permite pagamentos com menos de uma quinzena de vínculo com a instituição e não são pagas bolsas parciais. Por esse motivo, as bolsas serão implementadas apenas em junho. 2.3 Edital de bolsas CNPq: ainda sem resultado - A Profa. Rosimar informou que ainda não tem notícias do Edital de Bolsas CNPq/2021. 2.4 PROEX - A Profa. Rosimar informou que não tem previsão de recebimento dos recursos PROEX. 2.5 Dinter com a UFPI – A Profa. Lívia solicitou a palavra para dar um informe sobre o Dinter com a UFPI, o que foi acatado pela Profa. Rosimar. A Profa. Lívia lembrou a todos que, no último ano, foi iniciado um processo de elaboração de um projeto de Dinter com a UFPI, campus Floriano. Ainda na gestão das Profas. Andrea e Vanessa, a Profa. Adriana e ela se propuseram a coordená-lo. O diálogo com a UFPI já se estende há mais de um ano e apenas na última sexta-feira recebeu notícias da parte deles. A pró-reitoria da UFPI inicialmente negou o Dinter, alegando que a Universidade já possuía um curso de doutorado no campus Teresina. Apenas na última sexta-feira, em uma audiência com o reitor da UFPI, foi aprovado o intercâmbio entre as duas universidades. No momento, está sendo discutido o processo seletivo. No projeto inicial, eram disponibilizadas 12 vagas para o Dinter. A Profa. Lívia lembrou a todos que os potenciais candidatos devem participar do processo seletivo, já que a celebração do convênio não significa que estes estejam aprovados a priori. A Profa. Lívia lembrou, ainda, que no ano passado, foi aprovada pelo Colegiado a proposta de que aquele professor que se dispusesse a abrir vagas para o Dinter poderia solicitar uma vaga a mais, além das seis regulamentares. A Profa. Lívia solicitou aos coordenadores de linha que consultem os colegas sobre quem estaria disposto a oferecer vagas nesse convênio. Argumentou que essa é uma ação que valoriza o PPGE frente às agências de fomento e explicou que está prevista a compra de seis passagens em 2023 para que os professores do PPGE se dirijam à UFPI para ministrar aulas, esperando que a pandemia já esteja controlada. A Profa. Lívia fez mais um apelo a todas as linhas para que reencaminhem o pedido de abertura de vagas para o Dinter. A Profa. Rosimar disse que, na próxima reunião do Colegiado, as vagas para o processo seletivo 2022 serão discutidas e, com isso, também as vagas para o Dinter serão contempladas e pediu que a discussão fosse levada às linhas. Finalizados os informes, a Profa. Rosimar iniciou a PAUTA: 1. Deliberação sobre a ata da reunião do Colegiado de 17 de maio de 2021 – A ata foi aprovada por unanimidade pelos membros do Colegiado após a inclusão das modificações formais sugeridas pelo Prof. Gilcinei. 2. Deliberações sobre as aprovações da coordenação ad referendum do Colegiado: A Profa. Rosimar esclareceu que todas as aprovações ad referendum foram feitas considerando o critério de urgência quanto ao prazo de execução do objeto requerido. 2.1 Requerimento de aprovação de bancas de Qualificação: (a) DIANA MARCELA CAMACHO, matrícula 2018681421, orientanda de Maria Cristina Soares de Gouvea, dia 09/06/2021. Aprovado pelo Colegiado. 2.2 Requerimento de aprovação de banca de doutorado: (a) LUCIANA MARIZ, matrícula 2017654749, orientanda de Maria Lucia Castanheira, dia: 28/05/2021. Aprovado pelo Colegiado. (b) SULIVAN FERREIRA DE SOUZA, matrícula 2017654927, orientando de Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, dia 28/05/2021. Aprovado pelo Colegiado. (c) ANGELITA DE SOUZA LEITE, matrícula 2017712048, orientanda de Luciano Mendes de Faria Filho, dia 31/05/2021. Aprovado pelo Colegiado. (d) ANTONIO MARCOS VIEIRA COSTA, matrícula 2017654471, orientando de Arnaldo de Moura Vaz da Silva, dia 31/05/2021. Aprovado pelo Colegiado. (e) CLARISSA RODRIGUES, matrícula

2017656253, orientanda de Eduardo Fleury Mortimer, dia 31/05/2021. Aprovado pelo Colegiado. 2.3 Requerimento de prorrogação de prazo para exame de qualificação: (a) FÁBIO ACCARDO DE FREITAS, matrícula 2018658780, orientanda de Maria Cristina Soares de Gouvea, a nova data será 11/06/2021. Aprovado pelo Colegiado. (b) LUCIANA MACIEL BIZZOTTO, orientanda de Maria Cristina Soares de Gouvea, a nova data será 25/06/2021. Aprovado pelo Colegiado. (c) MARINA DA CUNHA PINTO COLARES, matrícula 2018657199, orientanda de Ana Lydia Bezerra Santiago, dia 08/06/2021. Aprovado pelo Colegiado. 3. Deliberação sobre requerimentos de prorrogação de prazo: 3.1 Requerimento de Prorrogação de Prazo para Exame de Qualificação: (a) DIANA MARCELA CAMACHO, matrícula 2018681421, orientanda de MARIA CRISTINA SOARES DE GOUVEA, a nova data será 09/07/2021. Aprovado pelo Colegiado. 3.2 Requerimento de Prorrogação de Prazo para Defesa de Dissertação: (a) DANDARA TONANTZIN SILVA CASTRO, matrícula 2019650090, orientanda de SHIRLEI REZENDE SALES, a nova data será 17/12/2021. Aprovado pelo Colegiado. (b) GIORDANNA CAMILLA BIÉ DE OLIVEIRA, matrícula 2019650163, orientanda de EDUARDO FLEURY MORTIMER, a nova data será 17/12/2021. Aprovado pelo Colegiado. (c) JEFERSON REIS SANTOS, matrícula 2019650171, orientando de ANNA PAULA VENCATO, a nova data será 31/08/2021. Aprovado pelo Colegiado. (d) RODRIGO VIEIRA REZENDE, matrícula 2019655254, orientando de ISABEL CRISTINA ALVES DA SILVA FRADE, a nova data será 20/12/2021. Aprovado pelo Colegiado. 3.3 Requerimento de Prorrogação de Prazo para Defesa de Tese: (a) LAÊNIA MARTINS PETERSEN, matrícula 2017655109, orientanda de RAQUEL MARTINS DE ASSIS, a nova data será 30/11/2021. A Profa. Rosimar observou que a orientadora solicitou seis meses de prorrogação e explicou que a banca já estava agendada. A orientanda teve problemas de saúde e problemas familiares que dificultaram o trabalho. Prorrogação aprovada pelo Colegiado. PAULIANE ROMANO CIRILO, matrícula 2017654811, orientanda de SAVANA DINIZ GOMES MELO, a nova data será 30/09/2021. A Profa. Rosimar relatou que a orientadora já havia solicitado prorrogação de prazo para o dia 30/08 e solicita nova prorrogação para setembro. Foi apresentado atestado médico da aluna. Prorrogação aprovada pelo Colegiado. 3.4 Requerimento de Prorrogação de Prazo para Entrega de Projeto de Pesquisa: (a) CARLOS EDUARDO RESENDE SAMPAIO, matrícula 2020651224, orientando de ADRIANA ARAÚJO PEREIRA BORGES, a nova data será 14/06/2021. Aprovado pelo Colegiado. 4. Deliberação sobre requerimentos de aprovação de bancas: 4.1 Requerimento de aprovação de bancas de Qualificação: (a) MARINA DA CUNHA PINTO COLARES, matrícula 2018657199, orientanda de Ana Lydia Bezerra Santiago, dia 08/06/2021. Aprovado pelo Colegiado. (b) LUCIANA MACIEL BIZZOTTO, orientanda de Maria Cristina Soares de Gouvea, dia 21/06/2021. Aprovado pelo Colegiado. (c) WAGNER DA CRUZ SILVA, matrícula 2018657440, orientando de Lívia Maria Fraga Vieira, dia 11/06/2021. Aprovado pelo Colegiado. 5. Deliberação sobre estágio de docência: 5.1 de proposição de plano de trabalho: (a) PAULA APARECIDA DINIZ GOMIDES, matrícula: 2019650481. (b) NATHÁLIA LOPES MACHADO (c) ANNA VITÓRIA FARIAS ALVES, matrícula: 2019650082. (c) GABRIEL BERTOZZI DE OLIVEIRA E SOUSA LEÃO, matrícula 2019650457. 5.2 de requerimento de aprovação de relatório final: (a) GABRIEL BERTOZZI DE OLIVEIRA E SOUSA LEÃO, matrícula 2019650457. (b) MARIZETE ANDRADE DA SILVA, matrícula 2018657229. (c) PAULA APARECIDA DINIZ GOMIDES CASTRO SANTOS, matrícula: 2019650481. O item 5 foi aprovado pelos membros do Colegiado por unanimidade. 6. Deliberação sobre parecer de projeto de pesquisa: 6.1 recomendando aprovação: (a) ADRIANE CRISTINA DE MELO HUNZICKER, matrícula: 2020654991, orientador(a): MARIA ISABEL ANTUNES ROCHA, parecerista: Luiz Paulo Ribeiro. (b) ALINE RAFAELA LELIS SILVA, matrícula: 2020651585, orientador(a): ANTONIO JOSE LOPES ALVES, parecerista: Hormindo Pereira de Souza Júnior. (c) AMANDA SOUZA BARCELOS, matrícula: 2020651186,

orientador(a): ROSARIA DA SILVA JUSTI, parecerista: Stefannie de Sá Ibraim (d) ANNA CAROLINA DE PAIVA LEAL, matrícula: 2020654657, orientador(a): LEONCIO JOSE GOMES SOARES, parecerista: Lúcia Helena Alvarez Leite. (e) CAMILA CRISTIAN CONTAO, matrícula: 2020651208 orientador(a): SHIRLEY APARECIDA DE MIRANDA, parecerista: Lúcia Helena Alvarez Leite. (f) CARLA MARIA FONSECA DE MAGALHÃES CARVALHO, matrícula: 2020651216 orientador(a): ANTONIO JOSE LOPES ALVES, parecerista: Hormindo Pereira de Souza Júnior. (g) EDYTH PRISCILLA CAMPOS SILVA, matrícula: 2020651615, orientador(a): LUIZ GUSTAVO FRANCO SILVEIRA, parecerista: Danusa Munford. (h) GLHEBIA GONÇALVES DE OLIVEIRA DOURADO, matrícula: 2020651410, orientador(a): SHIRLEI REZENDE SALES, parecerista: ÁLIDA A. ALVES LEAL. (i) MATHEUS SILVA FREITAS, matrícula: 2020658750, orientador(a): RODRIGO EDNILSON DE JESUS, parecerista: Dyane Brito Reis Santos. (i) POLYANA CAMARGOS BARBOSA VIEIRA, matrícula: 2020651496, orientador(a): MARLUCY ALVES PARAISO, parecerista: Shirlei Rezende Sales. (k) VIVIAN FERREIRA MORAIS DE CARVALHO, matrícula: 2020651550 orientador(a): TANIA DE FREITAS RESENDE, parecerista: Flávia Pereira Xavier. (1) INGRID LORENA TORRES GAMEZ, matrícula: 2020696260 orientador(a): JULIO EMILIO DINIZ PEREIRA parecerista: Maria José Batista Flores. (m) ALINE NEVES RODRIGUES ALVES, matrícula: 2020651780 orientador(a): NILMA LINO GOMES, parecerista: Lúcia Helena Alvarez Leite. O item 6 foi aprovado por unanimidade pelos membros do Colegiado. 7. Deliberação sobre pedido de prorrogação de Pós Doutorado: da residente Maíra Tomayno de Melo Dias, supervisora Maria de Fátima Cardoso Gomes. Aprovado por unanimidade pelo Colegiado. 8. Deliberação sobre solicitações de aproveitamento de créditos: (a) ANIELE FERNANDES DE SOUSA LEAO, matrícula 2020651798. (b) FLORENCE BARBOSA GOMES SANTOS, matrícula: 2021654812. (c) PEDRO LUIS BRAGA SILVA, matrícula 2021660030. O item 8 foi aprovado por unanimidade pelos membros do Colegiado. 9. Deliberação sobre pedido de transferência para o curso de Doutorado: Lucas Felicetti Rezende, discente regularmente matriculado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG, em nível de doutorado, matrícula 2021664737, requer transferência para o curso de doutorado em Educação do PPGE-UFMG, de acordo com o artigo 26 do Regulamento do PPGE de 2019. A Profa. Rosimar esclareceu que o candidato foi aprovado no último processo seletivo do PPGE, mas desistiu da vaga, optando pelo doutorado em Ciência Política. Nesses termos, não poderia mais ingressar no PPGE por meio do processo seletivo a que se submeteu. No entanto, o candidato foi informado sobre a possibilidade de transferência para o PPGE, uma vez que está regularmente matriculado em outro curso da UFMG. A Profa. Lívia concordou em assumir a orientação do candidato. A Profa. Vanessa questionou se todas as vagas ofertadas na linha de Políticas Públicas de Educação foram preenchidas e também se a Profa. Lívia comportava mais um orientando dentro do número máximo permitido. A Profa. Rosimar esclareceu que o candidato foi aprovado no processo seletivo do PPGE para ocupar uma vaga da Profa. Lívia. Como ele desistiu da vaga no momento do registro, a Profa. Lívia não preencheu a vaga ofertada. A Profa. Lívia expressou sua anuência em relação ao pedido de Lucas Felicetti e destacou que teve seu projeto muito bem avaliado durante o processo seletivo. A Profa. Rosimar colocou o ponto em votação, sendo aprovado por unanimidade pelo Colegiado. 10. Discussão e deliberação sobre o processo seletivo 2022: 10.1 Avaliação do Edital 2021: A Profa. Rosimar lembrou que as avaliações feitas pelas linhas de pesquisa sobre o processo seletivo estavam em anexo à pauta. As linhas apresentaram críticas substantivas aos itens do barema. Apontaram elementos com pouca precisão que dificultam a avaliação, questionaram sobre o perfil do aluno ingressante induzido pelo barema e fizeram críticas em relação às proporções da pontuação. Questionaram o peso das notas que equiparam o projeto e o currículo. Uma linha questionou, ainda, o sistema do processo seletivo. A Profa.

Rosimar perguntou se algum membro do Colegiado desejaria fazer algum comentário sobre o processo seletivo. O Prof. Gilcinei disse apoiar todas as críticas e espera que elas sejam reconhecidas. A Profa. Tânia confirmou a importância de serem feitas modificações. O Prof. Rodrigo ponderou que esse questionamento sobre qual é o perfil que o barema sugere tem muito a ver com a introdução de um barema único, mas está dizendo isso em tese. É preciso pensar em que medida o barema único é positivo e ver como contornar esse problema para atender às diferenças. O desafio seria ter perfis distintos e barema único. Também questionou o peso dado ao currículo, que corresponde à metade dos pontos da avaliação da segunda etapa, e argumentou que isso tem impacto em relação às ações afirmativas. A Profa. Rosimar lembrou que o barema único foi uma proposição aprovada pelo Colegiado. As Profas. Lívia e Maria de Fátima concordaram com as críticas. O Prof. Marcus Taborda julgou as críticas pertinentes. A Profa. Marlucy defendeu maior clareza no barema. O Prof. Gilcinei ponderou que o perfil deve ser sempre plural, embora do ponto de vista político o Programa possa ter diretrizes. 10.2 Avaliação das ações afirmativas nos processos seletivos de 2018 e 2020: A Profa. Rosimar esclareceu que a Comissão de Ações Afirmativas produziu um estudo das ações afirmativas no processo seletivo do PPGE e passou a palavra à Profa. Mônica, que explicou que existem desdobramentos importantes. Um deles diz respeito ao retorno para as linhas. Explicou que a parte mais geral do estudo está bem focada no mestrado, mas pretende aprofundar o trabalho sobre o doutorado e as vagas suplementares. Também salientou que há interesse da Comissão em fazer parte da Comissão Geral do Processo Seletivo 2022 para maior efetivação do número de vagas destinadas à reserva para negros e de vagas suplementares e afirmou que o Prof. Ademilson sinalizou ter disponibilidade para participar da Comissão Geral. Em seguida, a palavra foi passada ao Prof. Filipe, que agradeceu a disponibilidade desse espaço de diálogo. Apontou a importância de refletir com as linhas de pesquisa sobre esses dados levantados pela Comissão, a qual é composta pelos profs. Mônica Rahme, Ademilson de Souza Soares, Francisco Ângelo Coutinho, Luiz Alberto Oliveira Goncalves, Shirley Aparecida de Miranda e Filipe Santos Fernandes, além das discentes Ellen de Cássia Pinto, do mestrado, e Silvia Regina de Jesus Costa Galvão, do doutorado, conforme esclareceu. Explicou que a Comissão foi nomeada em setembro de 2020 e que quando começaram a trabalhar com os dados, foi criada a Comissão de Análise dos Dados, composta pelas discentes Ellen e Silvia, além de três alunos de iniciação científica, juntamente com ele. O Prof. Filipe ponderou que foi importante se debruçar sobre esses dados com os alunos de graduação, e que esse tem sido um espaço formativo para eles. Em seguida, explicou como se deu o processo de análise dos dados do ponto de vista quantitativo. Foram levantados os dados referentes às declarações de cor e raça por parte dos candidatos, tendo como base as planilhas geradas antes da homologação das inscrições, após a homologação das inscrições, após a primeira etapa e após a segunda etapa do processo seletivo. Com isso, foram criadas estratégias de tabulação e métrica, sempre reportando à Comissão de Ações Afirmativas. Explicou que os dados foram tabulados por linha de pesquisa e processo seletivo. Relatou também a dificuldade de lidar com os dados por linhas, já que estas apresentam processos com critérios de avaliação diferenciados, sendo a preocupação atual justamente pensar como será feita a sistematização desses resultados. Explicou que já existe um relatório prévio do mestrado. Também salientou que não pretendem analisar dados entre as linhas, apesar de algumas comparações serem importantes. Como a abertura de vagas entre as linhas é muito díspar, torna-se difícil analisar em níveis percentuais. Além disso, julgou importante serem feitas análises específicas para reserva de vagas e ampla concorrência e que, nessa análise, focaram mais nos dados da reserva de vagas, fazendo um recorte. Destacou, ainda, que as linhas têm trajetórias diferentes e públicos diferenciados, o que deve ser considerado nas análises. Pelos gráficos, é possível perceber, em alguns casos, que, apesar de o número de inscritos para reserva de vagas exceder o número de vagas ofertadas, não ocorre o preenchimento total. Nesse sentido, a Comissão pretende

apresentar algo que faça com que as linhas reflitam sobre os processos e os critérios, já que, em um cenário ideal, todas as vagas ofertadas deveriam ser preenchidas. Alguns questionamentos levantados são: como a linha promove ações, inclusive na graduação, de tal modo a atrair estudantes negros para a pós?; como está o engajamento dos docentes quanto ao pedido de bolsas pelas ações afirmativas?. Concluiu, pelos dados de 2018, que a maior retenção de candidatos negros, tanto na ampla concorrência quanto na reserva de vagas, acontece na segunda etapa e anunciou que, em junho, a Comissão pretende mostrar alguns dados por linha de pesquisa. A palavra foi passada à estudante Silvia, do curso de doutorado, componente da Comissão de Ações Afirmativas, que explicou que essa equipe foi uma demanda dessa Comissão, e salientou que a equipe busca contribuir para a reflexão sobre a política de ocupação das vagas no PPGE, com o intuito de abrir para o diálogo. Em primeiro lugar, ressaltou a importância de o PPGE atender a demanda da Resolução do CEPE em relação à política de ações afirmativas e ressalta que, com relação à resolução, a demanda é cumprida, mas se questiona em que medida essas vagas estão sendo preenchidas. A demanda está presente nos editais, mas é preciso saber em que medida está sendo cumprida na prática. E questiona se essa avaliação de cumprimento do disposto deveria ser específica da linha ou do programa como um todo. Ressaltou que a reflexão da Comissão em relação a essa pergunta é a de que as linhas possuem dinâmicas muito diferentes e, sendo assim, cabe a elas refletir sobre essas especificidades. O que a Comissão traz são alguns apontamentos e observações. Também disse que gostaria de compartilhar algumas hipóteses levantadas a partir dessas reflexões. Silvia destacou que as temáticas desenvolvidas pelas linhas muitas vezes contemplam as variáveis raça, diferença e diversidade, mas nem sempre o candidato negro vai abordar essa temática, apesar de ser possível que ele venha a dialogar com esses condicionantes. Concluiu que o PPGE cumpre com o disposto na Resolução do CEPE, mas se questiona em que medida é dada essa inclusão, e indica que esses apontamentos serão construídos e aprimorados em diálogo com as linhas. 10.3 Discussão e deliberação sobre possível redução na oferta de vagas para o processo seletivo de 2022: A Profa. Rosimar abriu a palavra aos membros do Colegiado sobre o item 10.3 da pauta que diz respeito à redução de vagas para simplificação do processo seletivo. Também lembrou que, no ponto 10.4, seriam tratadas as estratégias para isso, caso o ponto 10.3 fosse aprovado. O Prof. Marcus Taborda disse que gostaria de recuperar um argumento de quando teve início a discussão sobre a autoavaliação do Programa. Tais medidas envolvem a distribuição de bolsas, as orientações e diversos outros aspectos. É preciso pensar em uma forma de diminuir a oferta de vagas e qual seria a melhor maneira de se fazer isso, tendo em vista o futuro do Programa. A Profa. Vanessa relatou que houve uma conversa na linha de Educação Matemática sobre as possibilidades de redução. Salientou que é importante simplificar e reduzir o processo, mas ponderou que há situações muito diversas entre as linhas e mesmo dentro das próprias linhas. Disse que foi sugerida pela linha a possibilidade de que os processos ocorressem de forma alternada. Assim, em um ano aconteceria o processo seletivo para o mestrado e, no outro ano, o processo seletivo para o doutorado. A Profa. Marlucy ressaltou que todos concordam em reduzir o trabalho da seleção, mas não houve consenso na sua linha em relação à proposta de apenas metade das linhas oferecerem vagas para o processo seletivo. Ponderou que diminuir o número de vagas não diminui o trabalho da própria linha. É preciso encontrar estratégias e a proposta trazida pela Profa. Vanessa pareceu ser outra possibilidade. O Prof. Luiz Paulo relatou que a linha de Psicologia, Psicanálise e Educação pensa de forma semelhante ao apresentado pela Profa. Marlucy no sentido que reduzir o número de vagas não diminui o trabalho, podendo, inclusive, represar as vagas. Isso significa que, no ano seguinte, poderiam se apresentar muito mais candidatos. Talvez a solução esteja em repensar as etapas do processo. O Prof. Ademilson expôs que considera interessante o rodízio das linhas. A Profa. Lívia disse que a linha Políticas Públicas de Educação não definiu um posicionamento, mas adiantou que três professoras aposentadas não irão oferecer vagas.

A Profa. Tânia relatou que a linha de Sociologia da Educação discutiu a questão, mas que não conseguiram chegar a um consenso. A linha ponderou que um dos maiores desafios atuais do Programa é a grande quantidade de linhas, que gera realidades muito diferentes entre elas, e observou que isso apareceu nesta reunião em relação a outras questões levantadas. Dentro dessa realidade, a linha Sociologia da Educação julga dificil estabelecer um corte homogêneo entre linhas, tomando-se como exemplo a proposta da alternância de oferta de vagas. Isso pode ir de encontro ao planejamento estratégico das linhas quanto ao seu fortalecimento. Quanto ao máximo de orientandos, em sua linha, por exemplo, os professores já trabalham bem abaixo do número máximo de seis. Relatou, ainda, que há interesse na linha em ofertar vagas de mestrado este ano, pois não foram ofertadas vagas no ano passado, sendo que há tendência também em oferecer vagas de doutorado. O Prof. Gilcinei argumentou que um pano de fundo relevante para a discussão deveria incluir a própria discussão sobre a configuração das linhas. O Prof. Antônio relatou que, na linha Política, Trabalho e Formação Humana, ainda não houve durante sua coordenação uma discussão formal a esse respeito, mas ressaltou que houve uma diminuição sensível da oferta de vagas devido a circunstâncias diversas, como aposentadorias, por exemplo. A Profa. Maria de Fátima lembrou que já na sua gestão esse tema estava em pauta. Defendeu que não se deve pensar apenas no número de alunos, a discussão precisa ser mais profunda. É preciso pensar em como está sendo estruturado o Programa em número de professores e alunos, o que passa pela reestruturação das linhas de pesquisa. Sua linha pensa que a redução da oferta de vagas não resolveria o problema. Exatamente devido ao grande número de linhas e professores, é preciso pensar em um processo seletivo que comporte a pluralidade do Programa. A Profa. Rosimar ponderou que existe uma questão mais ampla que não diz respeito apenas ao processo seletivo, mas à própria dimensão do Programa. O PPGE está passando por um processo de avaliação que não é apenas aquele da CAPES, mas também um processo de avaliação face à nova realidade que se apresenta no contexto atual. No entanto, para além dessas questões mais amplas que trazem soluções a médio e longo prazo, como ficou evidente na avaliação das linhas e da Comissão de Ações Afirmativas, neste momento, é preciso pensar se o Programa irá manter o processo seletivo como vem sendo feito ou se irá adotar outra estratégia, a curto prazo, para o edital do Processo Seletivo 2022. Ressaltou que é preciso definir, neste momento, o próximo edital de seleção. Também salientou que é preciso deixar explícito que essa discussão sobre o próximo processo seletivo não irá resolver todos os problemas do Programa, que têm sobrecarregado o trabalho tanto em relação à dinâmica didáticopedagógica quanto à administrativa. Essas dificuldades transparecem, já que tudo é muito trabalhoso, volumoso e em larguíssima escala. O Prof. Rodrigo disse que a linha Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas ainda não conseguiu chegar a um consenso, mas a perspectiva é que haverá sensível diminuição de vagas ofertadas, já que estão em um momento de transição de orientadores, com muitos deles se aposentando. Por outro lado, há, nos últimos anos, a percepção de um aumento da procura por vagas no PPGE, em geral, e na linha de Movimentos Sociais, de modo particular. A Profa. Rosimar lembrou que se o Colegiado votasse a favor da redução das vagas, seria necessário pensar nas estratégias. A Profa. Lívia disse considerar muito prematura a tomada de decisão quanto à diminuição do número de vagas. A Profa. Marlucy sugeriu que a proposta não fosse votada nesta reunião, ficando como encaminhamento para a próxima reunião do Colegiado. Assim, as linhas poderiam definir uma posição final. O Prof. Ademilson disse que a linha de Infância e Educação Infantil já tem uma posição definida. A Profa. Rosimar colocou em votação o adiamento da discussão para a próxima reunião do Colegiado. Foram 16 votos a favor e 2 votos contrários. A Profa. Lívia solicitou que as linhas levem em consideração o Dinter com a UFPI quando forem discutir a oferta de vagas. Foi feito um esforço muito grande nas negociações e há expectativa de serem oferecidas pelo menos 10 vagas. A Profa. Rosimar propôs que as linhas discutam sobre a oferta de vagas e possível redução do

processo seletivo e tragam seu posicionamento na próxima reunião do Colegiado. Também ressaltou que o Dinter com a UFPI já foi aprovado pelo Colegiado e as negociações estão em andamento. 10.4 Caso o ponto anterior seja aprovado, discussão e deliberação sobre critérios de redução da oferta de vagas para o processo seletivo 2022: Não houve deliberação, já que o ponto 10.3 foi adiado para a próxima reunião do Colegiado. 10.5 Discussão e deliberação sobre alterações no barema único: A Profa. Rosimar lembrou a todos que o barema único foi proposto pela Comissão de Simplificação do Processo Seletivo e aprovado pelo Colegiado. Destacou que foram apresentadas as avaliações das linhas, considerando o processo seletivo anterior, e também as discussões da Comissão de Ações Afirmativas. O Prof. Marcus Taborda relatou que uma professora da linha História da Educação está se dedicando à análise do barema para trazer sugestões, mas ainda não concluiu o trabalho. Ressaltou a importância de se ter cuidado para que o barema não gere notas muito altas e também de se atentar para o detalhamento de que tipo de produção é aceita, deixando isso explícito no edital. É necessário pensar a distribuição dos pontos em relação a notas muito altas, porque se perde a capacidade de distinção, não tendo efeito avaliativo. O Prof. Luiz avaliou que é preciso descrever melhor os itens, e cada um deles deve ter um limite de pontuação. A Profa. Rosimar resumiu as propostas: estabelecer um limite de pontuação por cada item do bloco, o que favorece a diversidade do perfil; diminuir a pontuação geral dos itens em cada bloco; reduzir a pontuação de cada item para favorecer um perfil mais diversificado. A Profa. Tânia disse que a linha sugere que seja estabelecida uma pontuação máxima (e baixa) para itens do barema que não são diretamente relacionados a atividades acadêmicas ou que são difíceis de avaliar, como textos em blogs, jornais, participação em movimentos sociais (nesse caso, considerando a diversidade de movimentos sociais, alguns dos quais com orientações pouco consoantes com as políticas do PPGE), participação em organização de eventos, etc. O Prof. Rodrigo ponderou que, se o peso do currículo fica muito alto, equivalente à prova de defesa de projeto, fica impossível selecionar mestrandos com potencial, mas que não tiveram todas as oportunidades ao longo da graduação. A Profa. Rosimar fez mais um apanhado das sugestões: clareza na definição dos itens para evitar interpretações subjetivas; cuidados em relação às avaliações de todo o edital; barema em que não constem palavras como "etc" e "outros", o que não facilita as condições de avaliação; as notas no interior de cada bloco estão muito altas; necessidade de estabelecer o número de itens que podem ser pontuados em cada bloco do barema. A Profa. Lívia disse que a linha considerou que o peso da experiência docente não deveria ser tão expressivo, pois este não deveria ser item determinante para a maior nota. O Prof. Gilcinei relatou que a linha discutiu sobre a dificuldade de se estabelecer um barema com esse ideal de objetividade. O próprio Programa é formado por uma área de natureza interdisciplinar e é desejável que assim seja, não é essa a discussão. É preciso algum mecanismo que ajudasse na configuração do perfil que leve em conta a especificidade, mas que não anule a experiência do candidato desenvolvida em outras áreas, por exemplo. Nesse sentido, é preciso valorizar o que é específico, mas não desconsiderar outros aspectos que são mais amplos. A Profa. Rosimar ressaltou que o barema único tem o objetivo de dar certa unidade para fortalecer o processo seletivo, mas é um desafio. Salientou que as linhas não trouxeram algo pontual para esta reunião, mas diretrizes a serem seguidas na pontuação e na organização do barema. Com isso, perguntou se o Colegiado concordaria que a coordenação trouxesse, na próxima reunião, uma proposta de barema, pensando nessas diretrizes. O encaminhamento foi aprovado pelo Colegiado. 11. Discussão e deliberação sobre a diligência da PRPG sobre Resolução nº 04/2021: O Prof. Gilcinei explicou que a Profa. Vanessa e ele fizeram um levantamento das resoluções de outros programas da UFMG sobre o tema e concluíram que é necessário um posicionamento político a esse respeito, já que todas as diligências da PRPG não tratam de questões legais, mas de sugestões. E destacou que, como existe no PPGE a defesa de uma certa política linguística, a Profa. Vanessa e ele querem fazer uma proposta de mudança de redação. No entanto, solicitam que a votação seja feita na próxima reunião do Colegiado para que tenham tempo de elaborar melhor a proposta. A Profa. Rosimar perguntou ao Colegiado se, com base nas considerações dos Profs. Gilcinei e Vanessa, este concordaria em adiar para a próxima reunião essa alteração na resolução. O Colegiado concordou com o encaminhamento. 12. Deliberação sobre pedidos de mudança de orientador: (a) ALINE OLIVEIRA RAMOS, matrícula 2021650400, orientanda de SHIRLEY APARECIDA DE MIRANDA para o(a) Prof.(a) Dr.(a) RODRIGO EDNILSON DE JESUS. Como o professor teve dois pedidos de mudança de orientação, ficaria com 7 orientandos. Colocado em votação, o pedido foi indeferido por 8 votos contrários, 3 favoráveis e 2 abstenções. (b) ANA LUISA ZANON ALONSO, matrícula 2021651953, orientanda de ANA MARIA RABELO GOMES para o(a) Prof.(a) Dr.(a) CARMEM LÚCIA EITERER. Aprovado por unanimidade pelo Colegiado. (c) ANA PAULA SANTOS DE SOUSA MESQUITA, matrícula 2021650418, orientanda de VANESSA SENA TOMAZ para o(a) Prof.(a) Dr.(a) FILIPE SANTOS FERNANDES. Aprovado por unanimidade pelo Colegiado. (d) EDNA PAOLA FRESNEDA PATIÑO, matrícula 2021650701, orientanda de FILIPE SANTOS FERNANDES, para o(a) Prof.(a) Dr.(a) JUSSARA DE LOIOLA ARAÚJO. Aprovado por unanimidade pelo Colegiado. (e) GIOVANNA PEREIRA OTTONI, matrícula 2021652020, orientanda de ANA LYDIA BEZERRA SANTIAGO, para o(a) Prof.(a) Dr.(a) RAQUEL MARTINS DE ASSIS Aprovado por unanimidade pelo Colegiado. (f) GREGÓRIO HERNÁNDEZ PIMENTA, matrícula 2021653662, orientando de LEONCIO JOSE GOMES SOARES para o(a) Prof.(a) Dr.(a) ANA MARIA RABELO GOMES. A professora ficaria com 7 orientandos. Colocado em votação, o pedido foi indeferido por 8 votos contrários, 2 favoráveis e 2 abstenções. (g) MARIA INES DE OLIVEIRA SOUSA, matrícula 2021652178, orientanda de ISABEL CRISTINA DE MOURA CARVALHO de para o(a) Prof.(a) Dr.(a) ANNA PAULA VENCATO. O Colegiado aprovou a renovação do credenciamento da professora ANNA PAULA VENCATO como COLABORADORA, uma vez que, considerando que a docente esteve boa parte do interstício em licença de saúde, julgou-se adequado conceder-lhe um novo período para o cumprimento das condições de credenciamento como permanente. Como COLABORADORA, a docente não pode ultrapassar o limite de 2 (duas) orientações. Para receber a mudança de orientação solicitada, ficaria com 3 (três). A próxima avaliação da docente está prevista para 2024, mas ela poderá solicitar sua antecipação. Colocado em votação, o pedido foi indeferido por 10 votos contrários e 3 favoráveis. (h) NATÁLIA SILVA COLEN, matrícula 2021650345, orientanda de CARMEM LÚCIA EITERER para o(a) Prof.(a) Dr.(a) RODRIGO EDNILSON DE JESUS. Aprovado por unanimidade pelo Colegiado. 13. Deliberação sobre pedido de pós-doc: de Pablo Menezes e Oliveira, sob supervisão do professor Luciano Mendes de Faria Filho. Aprovado por unanimidade pelo Colegiado. 14. Deliberação sobre pedido de credenciamento de coorientador: do Prof.(a) Dr.(a) Maria Anoria de Jesus Oliveira como coorientador do(a) aluno(a) JOSIAS MARINHO DE JESUS GOMES, matrícula 2020651836, orientando de RODRIGO EDNILSON DE JESUS. Aprovado por unanimidade pelo Colegiado. Nada mais havendo a tratar, a Profa. Rosimar agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu, Melissa Cobra Torre, Técnica em Assuntos Educacionais, em substituição à secretária do Programa, Lorena Maia, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Colegiado. Belo Horizonte, 31 de maio de 2021.